

Workshop sobre implementação de políticas digitais

Coordenado por Melania Brenes Monge

Durante os workshops do Fórum Regional de Política Educacional - intitulado "Como enfrentar a crise de aprendizagem na América Latina e no Caribe" - representantes dos ministérios da educação da região, organizações internacionais e regionais, e outros atores do sistema educacional trabalharam de maneira articulada e participativa em torno de quatro eixos: políticas curriculares, avaliação da aprendizagem, políticas docentes e políticas digitais. Como resultado, foram identificados desafios e recomendações para enfrentar a crise de aprendizagem.

Este documento reúne os principais pontos destacados em termos de políticas digitais.

DESAFIOS

Inovação

1) Falta de acesso universal a equipamentos de boa qualidade e conectividade para o estudantado de todas as regiões dos países, especialmente os que estão longe, nas periferias, nas zonas rurais ou nas zonas rurais dispersas.

2) Limitações nas competências digitais dos professores para maximizar o uso educacional das TIC. Isso foi visível durante a pandemia de covid-19, mas pode ser melhorado devido às demandas crescentes de continuidade educacional.

Transversalidade

3) Carência de programas, planos e projetos com objetivos claros, teorias de intervenção e indicadores de avaliação que permitam o impacto sobre a população alvo.

Articulação

4) Pouca articulação das políticas de educação digital com os regulamentos ou diretrizes de avaliação de aprendizagem nos currículos nacionais.

Sustentabilidade

5) Interrupção em iniciativas nacionais devido a mudanças nas autoridades governamentais que trazem visões diferentes de como as TIC podem ter impacto nos sistemas educacionais. Falta de construção sobre bases estabelecidas.

6) Insuficiente orçamento alocado pelos governos para o início e continuidade de iniciativas de intervenção educacional usando as TIC. Por sua vez, há casos em que está mal distribuído por falta de estratégia e de dados.

Contexto

7) A lacuna educacional enfrentada, não só pelas equipes docentes, mas também pelas famílias e estudantes para um uso relevante das TIC.

RECOMENDAÇÕES

Inovação

1) Aproveitar as TIC nas intervenções educacionais para definir claramente os eixos pedagógicos que permitirão alcançar resultados para populações específicas, com base em indicadores bem definidos. Nesse sentido, é útil capitalizar exemplos de iniciativas nacionais na região que demonstraram o fracasso do investimento público, que não alcançaram os objetivos propostos e, sobretudo, que não beneficiaram a aprendizagem de estudantes e os indicadores educacionais de qualidade.

2) Assegurar que as intervenções educacionais tenham as condições preliminares de recursos educacionais digitais de qualidade (software, livros digitais, vídeos etc.), alinhados com os eixos pedagógicos e o currículo.

Nesse sentido, é fundamental assegurar que, além da distribuição de equipamentos tecnológicos, as iniciativas apoiem esses recursos educacionais - e que isso não seja da responsabilidade das equipes docentes. Enfatizam que as TIC permitem uma grande variabilidade de maneiras para que estudantes tenham acesso ao conhecimento, portanto, analisar recursos e destinar orçamento para isso, além de hardware, é uma condição para o seu sucesso.

3) Manter a aprendizagem híbrida (presencial e virtual), a fim de continuar gerando condições de aprendizagem «estendida» fora da sala de aula que complementem o trabalho presencial, em benefício tanto da aprendizagem quanto dos resultados educacionais.

4) Ampliar e aprofundar a maneira pela qual as políticas digitais, como foco principal, estão ligadas a outras áreas políticas relevantes e atuais (incluindo uso ético, seguro e responsável; cidadania digital; habilidades digitais; novas pedagogias; cibersegurança; e avaliação da aprendizagem). Essa articulação permitirá políticas públicas vigentes e atualizadas. Está previsto inclusive que essas políticas públicas sejam atualizadas periodicamente, devido à evolução da área do conhecimento tecnológico.

Transversalidade

5) Promover uma visão de país construída e compartilhada por toda a comunidade nacional sobre a necessidade de universalização dos dispositivos e da conectividade. Em consonância com isso, vincular outras políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas com telecomunicações, ciência e tecnologia.

Articulação

6) Considerar intervenções educacionais com TIC, em princípio, a partir do papel ativo dos professores na construção de iniciativas. Portanto, considerar a formação inicial e contínua docente, incluindo as competências para fazer uso educacional das TIC como condição para a implementação bem-sucedida de políticas e iniciativas.

Sustentabilidade

7) Dar prioridade à construção de infraestrutura tecnológica pública em todos os países, em conformidade com a universalização do acesso à tecnologia e à conectividade para o setor educacional.

8) Atribuir recursos suficientes para a realização dos objetivos. Isso requer recursos financeiros suficientes e, sobretudo, uma alocação relevante de acordo com os resultados e as necessidades. Nesse sentido, decisões baseadas em dados populacionais e regionais são necessárias para uma política orientada para a equidade.

9) Construir iniciativas de educação longitudinal, algumas delas por período superior a cinco anos. Recomenda-se que mecanismos institucionais públicos em cada país sejam usados para identificar como "blindar" as ações realizadas (decretos, leis, regulamentos, participação ativa da sociedade civil etc.), embora isso dependa da estrutura institucional e regulatória de cada país.

Contexto

10) Reconhecer as condições de adaptação e as exigências de diferentes contextos (urbano e rural, por exemplo). Embora essa recomendação não exija a mesma solução para todos os contextos - já que não exigem os mesmos equipamentos, recursos, capacitação etc. - a intencionalidade das políticas deve estar baseada no princípio da equidade.

